

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

# DESAFIOS DOS ALUNOS DE ENSINO PÚBLICO NO INGRESSO À UNIVERSIDADE

Natasha Vieira de Oliveira <sup>1</sup>  
Samyller da Silva Dascani <sup>2</sup>  
Vanessa Holanda Righetti de Abreu <sup>3</sup>

### Introdução

O acesso ao ensino superior no Brasil historicamente não ocorre de forma igualitária, sendo que iniciativas voltadas à sua democratização e ampliação são um fenômeno relativamente recente (Almeida, 2015). Superar este cenário é imperativo para efetivar o direito à igualdade, que, na visão de Bonavides (1994), deve ser material e concreto. Para o autor, os direitos sociais existem precisamente para promover uma 'igualdade niveladora' na prática, o que diretamente se aplica ao desafio de democratizar o acesso ao ensino superior.

O problema de investigação que norteia este estudo é a persistência das barreiras que impedem a efetiva democratização do acesso e a garantia de permanência de estudantes egressos da escola pública no ensino superior, apesar dos avanços nas políticas públicas. Este cenário é agravado por desafios históricos do ensino público, como falta de investimento, infraestrutura precária e desigualdades regionais, que resultam em uma dessemelhança de desempenho entre escolas públicas e privadas (Moraes, 2014). Embora o Brasil tenha registrado avanços na expansão do acesso, persistem problemas como a baixa média de escolaridade e a desigualdade educacional (Castro, 2009). Fatores como acesso desigual à educação básica de qualidade, falta de preparação para exames vestibulares e dificuldade financeira para arcar com custos universitários, podem contribuir para esse desequilíbrio.

Diante dessa problemática, o objetivo definido para esta pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica para mapear e analisar as principais dificuldades, apontadas pela literatura recente, para o ingresso e a permanência de estudantes da educação básica pública no ensino superior.

### Metodologia

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica sobre os desafios dos estudantes de ensino público ao acesso na educação superior e sua permanência. A pesquisa foi realizada na base de dados do portal de periódicos

<sup>1</sup> Aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, do Centro de Ciências Exatas, Naturais e da Saúde (CCENS), da Universidade Federal do Espírito Santo. ORCID 0000-0001-6376-9544. E-mail: natashav.oliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Aluna de mestrado do PPGEEDUC, CCENS, UFES. ORCID 0009-0000-8048-0021. E-mail: samyllerdascani03@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora em Biologia Vegetal do Departamento de Biologia e do PPGEEDUC, CCENS, UFES. ORCID 0000-0002-2989-3151. E-mail: vanessahra@yahoo.com.br

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

CAPES e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), utilizando a seguinte palavra-chave: “Desafios dos alunos de ensino público na educação superior”. Foram utilizados os seguintes filtros para refinar a busca: Filtro Temporal, artigos publicados entre 2020 e 2025, para garantir a análise da produção científica mais recente sobre o tema, onde foram encontrados 38 artigos. Outro filtro usado foi o de Acesso, selecionada a opção “sim”, para acesso aberto, para assegurar a disponibilidade integral dos artigos. Finalizando com filtro de idioma. Optou-se por artigos nacionais, devido à especificidade do contexto educacional brasileiro. O texto completo de quatro artigos foi analisado. Desses, 34 artigos foram descartados por não abordarem especificamente os desafios enfrentados pelos alunos de ensino público na educação superior.

### Fundamentação teórica

A educação, para Freire (1983), é um processo de conscientização e transformação. É por meio dela que o indivíduo é capaz de compreender o mundo ao seu redor, identificar os desafios e buscar maneiras de superá-los. Freire (1983) relata que “quando o homem comprehende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio”. Entende-se que a educação tem a responsabilidade de criar formas para promover a consciência.

A oportunidade de acesso ao ensino superior está marcada pela desigualdade. A educação, nesse cenário, deve ser vista como um meio para transformar essa realidade opressora, um espaço onde a ação humana, aliada à reflexão, pode ser capaz de promover a mudança. Para Freire, essa transformação não acontece de forma espontânea, mas por meio de uma práxis que envolve reflexão crítica e ação concreta, onde os homens são os produtores desta realidade e a reflexão e ação dos homens sobre o mundo pode transformá-lo (Freire, 1987).

Dias Sobrinho (2010) alerta que a avaliação da educação superior não pode ser uma ferramenta simplificadora de regulação. Para o autor, a qualidade é uma questão política que está diretamente ligada aos fins sociais da universidade. Esta visão se opõe diretamente à lógica neoliberal criticada por Trevisol (2019), que denuncia a colonização do campo educativo por uma racionalidade de mercado. Nesta perspectiva, a escola e a universidade são tratadas como empresas, organizadas pela concorrência e eficiência, o que corrói experiências formativas democráticas. Portanto, o grande desafio, conforme Dias Sobrinho (2010), está em superar essa lógica puramente técnica e controladora, buscando um equilíbrio, por meio do diálogo, que garanta uma avaliação formativa e socialmente responsável.

Diante desse cenário, evidencia-se que a democratização do ensino superior esbarra não apenas em barreiras socioeconômicas, mas também em disputas de projeto educacional. De um lado, uma concepção que entende a educação como um bem público e um direito social, orientado por uma qualidade formativa e vinculada à responsabilidade social, conforme defendido por Dias Sobrinho. De outro, uma lógica neoliberal, analisada por Trevisol, que busca submeter as instituições educacionais à racionalidade de mercado.

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

### Resultados

Leonardi (2025) analisa a evolução do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nas universidades federais brasileiras, destacando sua importância na permanência estudantil, especialmente para alunos em situações socioeconômicas desfavorecidas. O PNAES busca promover igualdade de oportunidades e inclusão, mas sua implementação enfrenta desafios, como as disputas políticas e a resistência a políticas de assistência. O artigo defende a autonomia universitária e a necessidade de garantir políticas públicas efetivas de permanência, com recursos e infraestrutura adequados, para criar uma universidade pública, democrática e de qualidade, que atenda às necessidades sociais e promova a inclusão.

Alage e Sampaio (2024) estudaram sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente os de escolas públicas, ao ingressarem no ensino superior. O estudo revela que esses estudantes, muitas vezes, não têm acesso a informações adequadas sobre os cursos universitários e fazem suas escolhas baseados em orientações familiares e de amigos. Além disso, destacam a falta de comunicação entre as escolas de ensino médio e as universidades, o que contribui para o estranhamento do novo ambiente acadêmico e a falta de preparação. O artigo sugere que medidas como a divulgação dos cursos nas escolas e atividades de acolhimento nas universidades poderiam melhorar a adaptação dos estudantes e minimizar as dificuldades dessa transição. Nesse contexto, o artigo defende a ideia de que tanto as escolas quanto as universidades devem assumir um papel mais ativo na preparação dos alunos para a transição ao ensino superior, a fim de diminuir as dificuldades enfrentadas pelos ingressantes.

A consequência das conclusões de Alage e Sampaio (2024) conversam com Quirino *et al.* (2024), que pesquisaram sobre ansiedade entre estudantes que prestam vestibular. Eles exploram os desafios emocionais, principalmente a ansiedade, enfrentados por jovens de baixa renda que se preparam para o vestibular. O estudo foi realizado com estudantes de um curso preparatório gratuito e focou nas dificuldades psicológicas como ansiedade, expectativa de aprovação e sobrecarga mental, comuns nesse período. A intervenção teve como objetivo oferecer estratégias de enfrentamento da ansiedade, ajudando os estudantes a lidarem com as pressões do momento de forma mais saudável. O estudo destaca a importância de apoiar esses jovens em sua preparação emocional para o vestibular, dado o contexto de vulnerabilidade social e emocional da adolescência.

Por fim, Magalhães *et al.* (2022) discutem a importância das políticas de assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com foco no Instituto Federal de Rondônia (IFRO). O estudo destaca o papel desses programas, como o Programa de Auxílio Moradia (PROMORE), na permanência e sucesso acadêmico dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo principal dessas políticas é garantir que questões financeiras não se tornem um impedimento para a continuidade dos estudos no ensino superior.

A pesquisa de Magalhães *et al.* (2022) também analisa a história da assistência estudantil no Brasil, desde as primeiras ações até a regulamentação

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

nas IFES, e a importância de uma gestão pública ética e estratégica na implementação dessas políticas. Além disso, enfatiza que as políticas de permanência não devem se restringir apenas ao apoio material, mas também incluir aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos que favoreçam a adaptação e o sucesso dos estudantes. O estudo contribui para o entendimento de como as políticas de assistência estudantil podem ser melhoradas, oferecendo um caminho para o aprimoramento do PROMORE e outras iniciativas que busquem garantir a inclusão e permanência no ensino superior.

Em conclusão, a análise da literatura selecionada permitiu constatar que os desafios para o ingresso e a permanência de estudantes da escola pública no ensino superior formam um ciclo interligado de obstáculos. Para o ingresso, a literatura aponta a falta de preparo acadêmico decorrente de uma educação básica desigual, e os desafios emocionais como a ansiedade frente aos vestibulares e uma carência de informações e orientação profissional. Enquanto à permanência, as desigualdades socioeconômicas surgem como o principal problema, sendo que políticas de assistência estudantil, como o PNAES e o PROMORE, são essenciais, porém sua efetividade esbarra em desafios de implementação, como a garantia de recursos e a necessidade de uma abordagem que inclua suporte pedagógico e psicológico além do financeiro.

Portanto, são necessárias políticas públicas que atuem de forma simultânea no acesso, com preparação e acolhimento, e na permanência, com assistência estudantil, para transformar a democratização do ensino superior como um direito formal.

### Referências

- ALAGE, S. J.; SAMPAIO, S. M. R. Adaptação no Processo de Transição do Ensino Médio à Educação Superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 25, n. 2, p. 402-408, 2024.
- ALMEIDA, S. S. **A importância do fies na garantia do direito ao ensino superior**. 2015.
- BARONI, J. M. B. **Acesso ao ensino superior público: realidade e alternativas**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BONAVIDES, P. et al. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
- CASTRO, J. A. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 673-697, 2009.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, p. 195-224, 2010.
- FREIRE, A. M. A. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LEONARDI, F. G.; ROSA, A. S.; ANDREAZZA, R. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 11, p. e025034, 2025.
- MAGALHÃES, A. L. et al. Gestão pública e políticas públicas: programas de assistência estudantil no instituto federal de educação de Rondônia: public management and public policies: student assistance programs at the Federal Institute of Education of Rondônia. **Revista Gestão e Conhecimento**, v. 16, n. 2, p. 882-902, 2022.
- MORAES, A. G. E.; BELLUZZO, W. O diferencial de desempenho escolar entre escolas públicas e privadas no Brasil. **Nova Economia**, v. 24, n. 2, p. 409-430, 2014.
- QUIRINO, A. G. et al. A saúde mental de jovens vestibulandos de um curso preparatório comunitário. **Revista Foco**, v. 17, n. 3, 2024.
- TREVISOL, M. G.; DE ALMEIDA, M. L. P. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Educação e Emancipação**, São Luís, 2019.